

Um caminho percorrido, uma história para contar

Mario Pablo Fuks

Após quase 20 anos da publicação de “Por uma história do curso de psicanálise”, o autor retoma o relato da ação desenvolvida pelo grupo de psicanalistas que construíram, desde o final dos anos 70, o Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

A releitura do texto publicado no primeiro número desta revista me remete a dois momentos. O primeiro consiste em uma lembrança fortemente pessoal: a cena real em que estou me despedindo e voltando para a Argentina – junto com Lucía B. Fuks, membro também do curso e do departamento – e sou convidado a falar da história do curso, na aula inaugural de 1988. O segundo antecede em muito ao outro, datando de 1977, ano em que, como sítio no texto anterior, uma série de circunstâncias levaram à conformação do conjunto complexo e heterogêneo de psicanalistas que, através de diversas crises, construíram o curso de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Tendo como eixo o curso e o projeto que o inspirava, estabeleceu-se a partir desse momento um espaço ativo que, por sua consistência teórica e clínica, por suas posições ideológicas alternativas e por sua projeção no campo institucional, atraiu e possibilitou a formação psicanalítica de um número importante de profissionais,

conduzindo à criação, em 1985, do Departamento de Psicanálise.

Quanto à nossa conjuntura pessoal, a volta para a Argentina em 1988 serviu para fechar uma etapa de vida, reelaborar com outros as experiências da descontinuidade e do retorno, religar os fios cortados por essa década de exílio forçado e saldar, até certo ponto, uma dívida interna com nosso lugar de origem, nossa língua e nossa história. Mas não ficaram cortados com isso nossos vínculos com o Brasil. De fato, durante dois anos, realizamos viagens mensais regulares, mantivemos atendimentos clínicos, grupos de estudo e seminários em São Paulo. Dois anos depois, em março de 1990, estávamos de volta, de mala e cuia. E, semanas depois,

Mario Pablo Fuks é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professor do Curso de Psicanálise e coordenador do curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, todos no Instituto Sedes Sapientiae.

já discutíamos no Sedes, em evento organizado pelo departamento, a comoção e os transtornos causados pelo plano Collor¹. A passagem recente pela Argentina permitia, de novo, comparar experiências e ter uma visão de conjunto do momento que estávamos atravessando, mas também aquilatar o valor do espaço coletivo de elaboração que havíamos contribuído para construir, e que nos acolhia novamente com muito afeto.

Diz-se que sentido histórico é o de pertencimento ao conjunto das relações humanas em que ganham significação as singularidades dos indivíduos. Se o entendemos como uma construção que só pode emergir e intensificar-se a partir de relações ativas e simbolizantes com os outros – o que a psicanálise não só ratificou, mas aprofundou, enriquecendo-a com o conceito de significação *a posteriori* –, tendo a pensar que tornar possível essa construção é uma das qualidades do projeto que nos anima ao longo do tempo. Refiro-me a relações ativas pensando principalmente nas que envolvem uma ação conjunta sobre uma realidade que nos concerne e penso que são simbolizantes porque cada um faz uma elaboração singular de sua experiência através de uma criação comunicável aos outros, produzindo efeitos de reconhecimento recíprocos. A produção de um livro sobre a história do departamento para celebrar seus 20 anos de existência é uma bela iniciativa nesse sentido. Esse trabalho nos permitirá reconstituir através de múltiplas vozes e olhares a história do curso e do departamento.

Retomo o fio do relato ampliando o cenário. Os acontecimentos de 1976 podem ser situados dentro de um contexto histórico mais amplo, de alcance mundial, de intensas mudanças histórico-sociais e início de processos de contestação e politização crescentes. Muitos analistas no mundo todo começaram a questionar o apolitismo e a recusa

reativa das questões sociais que dominavam a mentalidade das sociedades psicanalíticas dependentes da IPA. Também questionaram sua estrutura hierárquica configurada piramidalmente em base ao sistema formativo no topo da qual estavam os didatas, sua rigidez normativa, a fronteira igualmente rígida estabelecida entre o dentro e o fora da instituição, a dogmatização das teorias, a ritualização das práticas e a reivindicação monopólica da

portas, e iniciamos todos um caminho novo de crescimento conjunto, compassado com o processo geral de democratização, de criação da cidadania e de construção de projetos de transformação social.

Em um documento conjunto elaborado por ocasião dos vinte anos de existência do Sedes em seu prédio atual (1997), o grupo de professores fez um relato detalhado da história do Sedes e do Curso de Psicanálise, da forma como se estru-

Os acontecimentos de 1976
podem ser situados dentro
de um contexto histórico
mais amplo,
de alcance mundial,
de intensas mudanças
histórico-sociais
e início de processos
de contestação
e politização crescentes.

herança freudiana. Muitos deles repensaram sua pertinência e abandonaram tais instituições, ou iniciaram e percorreram caminhos independentes que, como se vê no relato, não estiveram imunes a pressões retaliativas². Contribuíram, também, para a criação e o fortalecimento de projetos psicanalíticos formativos de fôlego, promovendo uma colegialidade sem hierarquias em contextos institucionais novos. O Sedes, como vimos, nos abriu suas

turou e dos conteúdos e princípios que foi adotando e que pautaram suas ações: “O Curso de Psicanálise, em sintonia com sua época, elaborou um projeto de formação que considerava as questões sociais e políticas vigentes e as transformações relativas ao seu próprio campo. Uma das questões, não menos importante, era a da democratização do acesso à formação psicanalítica em contraposição a uma política elitista de transmissão. O afluxo ao

curso de profissionais da Rede Pública de Saúde e de outros serviços alternativos, em busca de formação, foi uma das marcas importantes desse projeto cuja implantação mudou significativamente o destino da psicanálise em São Paulo³.

Paralelamente à manutenção das atividades programadas, começou um período de reuniões e debates destinados a elaborar acordos e estabelecer critérios quanto à concepção da formação, ao papel da supervisão e ao conteúdo das aulas e seminários. A participação dos alunos foi intensa não somente nessas atividades, mas também nas jornadas e por meio de reuniões de organização e planejamento. Foi elaborado um estatuto que estabelecia a gestão coletiva do curso através da participação dos professores e de representantes dos alunos. O Sedes estava, nesse tempo, elaborando sua carta de princípios para uma nova etapa e era um espaço fértil de atividades promovidas pelos diversos cursos de formação de psicoterapeutas, pelo Centro de Educação Popular (CEPIS), por entidades sindicais, movimentos populares, visitas dos líderes da antipsiquiatria européia e encontros dos movimentos de trabalhadores de saúde mental.

É nesse marco que começaram a se tornar evidentes as divergências que conduziram à crise de 1979. Puseram-se em jogo diferenças sobre a concepção de transmissão, sobre o papel da reflexão teórica e da crítica epistemológica, sobre a importância dos movimentos alternativos em saúde mental, em última instância, sobre os lugares de poder e os destinos do projeto. A possibilidade da existência de um propósito de ganhar posições dentro da instituição oficial ou de constituir eventualmente um *group*, diferenciado dela, porém validado pela IPA, nunca foi explicitada, mas fez parte das conjecturas que foram tecidas tentando interpretar o aumento de tensão do conflito. A perspectiva de

inclusão de novos professores para responder às necessidades resultantes da chegada de mais alunos acirrou a polarização e o confronto. Suspender por decisão unilateral a presença dos representantes de alunos motivou o chamado para assembléia geral, oportunidade em que um dos grupos manifestou sua intenção de separar-se e constituir outro curso. No documento de resposta do grupo que permaneceu no curso já existente, se afirma: “Não foi o acaso que nos pôs dentro desta instituição, mas os princípios que a regem e com os quais concordamos. É isso o que nos faz propor a representação de alunos no Conselho e é isso o que nos leva à luta quando ela se torna necessária. Luta para manter um funcionamento democrático. Tantas vezes, nas regiões que habitamos, instalou-se o arbítrio...”. O documento é assinado pelo grupo de professores⁴ que assumiu dar continuidade ao curso e levar adiante, junto com os alunos, como

Puseram-se em
jogo diferenças sobre
a concepção de
transmissão,
e, em última
instância, sobre
os lugares de poder
e os destinos
do projeto.

tarefa prioritária, o melhoramento do ensino, o desenvolvimento da clínica e uma maior integração com o instituto.

A crise e a cisão resultaram em uma consolidação da proposta formativa, afirmando-se o sentido e o alcance da idéia de formação alternativa. “Alternativa porque se opôs explicitamente ao sistema da análise didática e organizou e sustentou uma formação que prescindiu de qualquer regulação normativa da análise do analista que fosse além da exigência de realizá-la⁵. Alternativa era, também, o termo com que se autodenominavam muitos movimentos que recusavam inserir-se no estabelecido e lutavam por sua transformação.

O ensino da psicanálise podia ser concebido, assim, como um projeto de desalienação, “dessa alienação que se tem sobre o discurso psicanalítico. O que se ensina, de fato, é o modelo metodológico que subordina todo saber a uma interrogação, a uma colocação em questão” (Schnaiderman, 1988)⁶. Questionava-se tanto a transmissão dogmática, que reconhece a possibilidade de leituras diferentes, como o recurso fácil ao ecletismo. A reflexão epistemológica e a crítica da ideologia e a possibilidade de refletir sobre a teoria que nos orienta e a prática que exercemos começaram a fazer parte do que se estudava e debatia cotidianamente.

Uma leitura ao mesmo tempo rigorosa e criativa da obra de Freud, situando as rupturas epistemológicas que ele foi operando, recuperando suas descobertas e invenções teóricas e vivificando-as pela significação que ganham retroativamente a partir dos permanentes desafios de elaboração provenientes da clínica, foi um dos aspectos centrais do projeto inicial. Isso não somente se manteve, como se firmou e aprofundou ao longo do desenvolvimento do curso.

Um efeito importante da alienação denunciada operava no esva-

ziamento de sentido do dispositivo analítico derivado de uma ritualização da clínica e sua dissociação da teoria. “A clínica psicanalítica não se define pela exterioridade do *setting*, mas antes por aquilo que essencialmente a constitui: o trabalho com o inconsciente na sua relação com a sexualidade infantil, articulado no Édipo e atualizado na transferência. A psicanálise se torna possível ali onde certa fala e certa escuta podem ser instituídas⁷.”

Abriu-se a possibilidade de pesquisar variantes de enquadre e conceitualizações que permitem intervir em diversas problemáticas clínicas e em diferentes âmbitos institucionais. Isso preparou condições para ampliar o campo de intervenção da psicanálise e possibilitar o diálogo com outras práticas e outros agentes no campo da cultura.

O desenvolvimento e a consolidação desse projeto formativo precisou atravessar dificuldades de ordem diversa, demandando grandes esforços por parte de todos os seus participantes. Se por um lado se havia fortalecido nossa coesão em torno de ideais, objetivos e princípios que apontavam a realizações de longo prazo, a cisão nos tinha enfraquecido numericamente para sustentar os compromissos do momento e também os que estavam por vir com a entrada de novos alunos. Nos vimos obrigados a praticamente duplicar o tempo de trabalho nas atividades programadas, manter a gestão compartilhada que se definiu como um conselho paritário e preparar a entrada de novos professores. A tarefa era imensa e difícil. Por um lado, requeria superar o sentimento de fragilidade e medo pela sobrevivência do curso. Por outro, vivenciava-se o risco de que sua estabilização por meio de normas, lugares e percursos predeterminados resultasse numa institucionalização regressiva que desvirtuasse o projeto inicial. Sem dúvida, a recomposição do grupo de professores por saídas e entradas de novos membros não

era o menor dos fatores que nos provocavam ansiedade. O curso crescia em tamanho e complexidade e o sentimento de preocupação em relação à qualidade da formação nos levava a aumentar as exigências quanto a critérios e normas estáveis e respeitadas de admissão e avaliação. Havia momentos de euforia e outros de desânimo e esgotamento. Estabelecer uma política de formação em psicanálise havia sido, afinal, condensar em um objetivo só as três “profissões impossíveis” apontadas por Freud em *Análise terminável e interminável*: a psicanálise, a educação e a política... nas quais de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insuficientes. Mas, como aponte no texto do primeiro número, essa incompletude pode ser vista como um traço positivo que caracterizou o devir desta experiência institucional.

Ao longo de todo esse período de estabilização do projeto formativo, de crescimento do número de

professores e alunos e modificações nos programas, de diversificação de atividades – motivada pelo desenvolvimento da clínica do Sedes e pela presença crescente de ex-alunos que aspiravam a uma inserção institucional e uma continuidade – foi se tornando perceptível a contradição entre a complexidade e a potencialidade do espaço constituído em torno do curso e os limites dados por sua estrutura formal e funcional, insuficiente para albergar e viabilizar novos objetivos e projetos, acenando com o risco de uma concentração de poder.

Em um informe que apresentei à Diretoria do Sedes (1983), dizia:

“Percebemos aí as dificuldades resultantes da estrutura escolar onde uma avaliação insatisfatória pode se manifestar por exemplo na não promoção para o ano seguinte com conseqüências persecutórias para alunos e professores, e que repercutem no final do curso num esquema de graduação-não graduação, habili-

Se por um lado se havia fortalecido nossa coesão em torno de ideais, objetivos e princípios que apontavam a realizações de longo prazo, a cisão nos tinha enfraquecido numericamente para sustentar os compromissos do momento.

Abriu-se naquele momento,
dessa forma, uma oportunidade
única de intervir diretamente
na formação dos profissionais da rede pública
através de atividades que, em seu desenho
e fundamentação, traziam
as idéias que vinham sendo
debatidas e decantadas ao longo
da experiência
no curso do Sedes.

tação-inabilitação (quem é analista, quem não é), contrário ao projeto do curso. Favorece a burocratização, a deformação profissionalista, etc. Perde-se de vista o trabalho como fazendo parte de um projeto de uma instituição que vai além do curso. Entendemos que os processos de identificação e reconhecimento são componentes estruturais de toda prática social, que tem suas particularidades em cada campo específico, mas também, e talvez por isso, constituem um ponto de incidência maior dos determinantes ideológicos e políticos do conjunto social em cada campo. É neste sentido que achamos prioritário esse ano a constituição do departamento como lugar de pertinência e continuidade e como espaço de trabalho ativo na construção e realização de um projeto que supere as identidades de professor, aluno e ex-aluno. Isto implica numa discussão renovada de objetivos e meios: associação de profissionais? Criação de núcleos de

trabalho? Extensão aprofundada da formação? Abertura de novas áreas “técnicas”?... Essa discussão está se realizando ativamente através de trabalhos elaborados por professores, alunos e ex-alunos”⁸.

Em relação ao poder, nossa posição nunca foi a de recusar sua existência, mas a de, reconhecendo-o, promover a criação e experimentação de dispositivos que possibilitem e enriqueçam sua gestão coletiva e democrática. Esse modelo requeria a criação de um espaço coletivo novo para se desenvolver. Assim surgiu o departamento.

O convênio

O convênio foi um passo à frente importantíssimo que nos permitiu realizar um dos objetivos mais investidos do projeto formativo, no momento em que se iniciava uma nova gestão de governo no estado de São Paulo. Assinado em 1984

com a Secretaria de Saúde, através da Coordenadoria de Saúde Mental, sua implantação e desenvolvimento foram também um fator que preparou o terreno para a criação do departamento.

Abriu-se naquele momento, dessa forma, uma oportunidade única de intervir diretamente na formação dos profissionais da rede pública através de atividades que, em seu desenho e fundamentação, traziam as idéias que vinham sendo debatidas e decantadas ao longo da experiência no curso do Sedes. Constituiu-se, para esse fim, uma equipe de quinze colegas, integrada por professores e ex-alunos do curso, alguns com participação anterior ou atual na prática institucional – seja assistencial, formativa, diretiva ou de intervenção analítica –, outros com interesse de conhecer um campo novo em que estavam acontecendo mudanças promissoras. Através da Coordenadoria de Saúde Mental⁹ e da Divisão de Ambulatórios¹⁰, conduzidas por um grupo de psiquiatras e sanitaristas progressistas – alguns deles com formação e prática psicanalítica – questionadores do modelo hospitalocêntrico e favoráveis à sua transformação, estava-se tentando promover uma mudança no esquema de atendimento através do fortalecimento quantitativo e qualitativo da rede ambulatorial.

Percebiam uma burocratização dos serviços, uma ausência de comunicação dentro das equipes e com os pacientes, a mecanização do diagnóstico, a super-medicação farmacológica, a ausência de conhecimentos e disposição para o desenvolvimento de práticas psicoterápicas. Em nosso diagnóstico da situação, concluímos que estavam em jogo os efeitos de anos de autoritarismo, de atraso teórico e clínico, assim como a pregnância do modelo manicomial. O *administrativo* – administrar diagnóstico, administrar remédio – funcionava no contexto ambulatorial, como equivalente do dispositivo mais

claramente repressor presente no hospício. No documento de fundamentação do convênio dizíamos: “Quase tudo nesse modelo é dirigido a reduzir ao máximo o contato subjetivo com o sujeito que sofre, a cristalizar tal sofrimento na forma de doença mental classificável, de loucura instituída”. A discussão de situações clínicas permitiria a reintrodução da subjetividade na compreensão dos sintomas do paciente e na análise da implicação subjetiva do próprio terapeuta. Aumentava-se a consciência dos conflitos e o peso da ideologia, que atravessavam sua prática. Abria-se, com isso, um caminho em que podiam ser introduzidas as concepções psicanalíticas.

Não se tratava de introduzir a psicanálise como um substitutivo ou um recurso a acrescentar, mas de contribuir para mudar uma concepção do trabalho em saúde mental. Tratava-se de promover uma mudança que era ao mesmo tempo teórica, ideológica, política, organizacional, de questionamento e de redefinição de funções e papéis, e de posicionamento subjetivo. Batalhávamos, também, para que a atividade formativa fosse considerada “parte viva e integrante da prática institucional, concomitante a todo atendimento possível”¹¹.

Na introdução do projeto, várias questões foram colocadas em pauta: a) a diferença entre o específico da intervenção psicanalítica e as características de sua inscrição em um espaço de demanda que sempre é social, atravessado, em consequência, por determinações econômicas, ideológicas, políticas, etc.; b) a relação problemática entre psicoterapia e psicanálise; c) o conceito de cura em psicanálise e a originalidade e a complexidade resultantes de sua posição de ruptura com o modelo médico dominante; d) a investigação em áreas problemáticas novas que têm requerido e possibilitado inovações no dispositivo técnico, um enrique-

cimento da teoria e uma extensão efetiva da ação terapêutica, cujo reconhecimento e aplicação, porém, conduziam com frequência a um superinvestimento dos aspectos técnicos fetichizados por uma aura de novidade, praticidade e eficácia, e acabavam produzindo uma espécie de farmacopéia psicoterápica e a proliferação de “especialidades” teórico-técnicas desconectadas entre si; e) o conhecimento da história das relações psiquiatria-psicanálise,

do Curso e o Departamento de Psicanálise”, diferentemente da versão final. Em um trabalho apresentado no encontro sobre “Psicanálise e Instituição” em 1986 expliquei os motivos: “a) as ações destinadas a constituir o Departamento estavam em pleno andamento e considerávamos iminente sua fundação; b) achávamos que uma atividade como o Convênio se ajustava perfeitamente aos fins do Departamento, tanto por seu conteúdo como pelo fato

O convênio foi produto do caminho andado e ao mesmo tempo uma experiência antecipatória e geratriz do Departamento de Psicanálise.

no terreno das instituições, e as características de seu desenvolvimento nos diferentes momentos, que ajudavam a nos situar diante das possibilidades e dos limites das novas experiências¹².

O convênio foi produto do caminho andado e ao mesmo tempo uma experiência antecipatória e geratriz do Departamento de Psicanálise. Na primeira versão apresentada à C.S.M. incluímos como responsáveis pelo Sedes “o Corpo de Professores

de vir a ser sustentado conjuntamente pelos professores do curso e por ex-alunos do mesmo sem discriminação de *status* ou função. Todavia, tanto a demora em formalizar o Departamento como o pedido dos próprios companheiros que estavam trabalhando nesta questão nos levaram a suprimir o termo nas formulações sucessivas ficando como responsáveis: “os professores do curso e os profissionais por eles designados¹³”.

O curso e o departamento

A criação do departamento abrindo a possibilidade de um caminho posterior à finalização do curso, somada ao impacto das atividades formativas na instituição pública, consolidaram a posição do Curso de Psicanálise como pólo de formação no espaço profissional e cultural de São Paulo.

Muitos profissionais que trabalhavam em outras áreas procuraram o curso interessados em um conhecimento da psicanálise que lhes permitisse um alargamento de seu olhar sobre os problemas pertinentes a seu campo. Outros, formados recentemente, procuravam aprofundar seu conhecimento apontando para uma formação sistemática ulterior. Concebido como um espaço para um processamento produtivo dessas demandas, criou-se por iniciativa e sob a coordenação de duas professoras¹⁴ o curso “Clínica psicanalítica: conflito e sintoma”.

O grupo de professores inclui nos últimos anos uma proporção significativa de colegas que nele iniciaram sua formação e fizeram posteriormente percursos variados dentro e fora do departamento. A produção de trabalhos e publicações individuais ou coletivas é significativa. Pode reconhecer-se nela um modo e um estilo original de trabalhar a relação teoria-clínica e um modo de leitura da obra freudiana que já fazia parte do projeto inicial. Em 1995, essa modalidade da prática teórica ganhou expressão em um importante ciclo de debates organizado pela equipe do curso no marco do Departamento. Motivados pelo sucesso e pela riqueza da experiência realizada, foram promovidos novos ciclos de debates, assim como colóquios de monografias elaboradas por alunos do curso. A retomada de caminhos teóricos freudianos que tinham ficado pouco explorados ou interrompidos, a atualização dos desenvolvimentos pós-freudianos e seus diversos aportes – principalmente a psicanálise francesa,

O departamento está constituído por um conjunto de grupos diferenciados que assumiram cada um o desenvolvimento de um projeto em uma área específica da produção de psicanálise.

os desenvolvimentos winicottianos e a intensa produção atual brasileira – estão presentes nesses trabalhos. A psicopatologia das novas formas de sofrimento, o estudo da subjetividade contemporânea e a crítica das resistências atuais à psicanálise fizeram-se presentes nos que ali se apresentaram e nas realizações editoriais que deles resultaram. Existe hoje uma significativa coincidência nesse modo de abordagem e um intercâmbio crescente entre os vários grupos de colegas que desenvolvem grupos de trabalho e projetos de pesquisa no contexto do departamento ou sustentam outros cursos regulares como o de Clínica Psicanalítica, já mencionado, e o de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea.

O Departamento, instância surgida do Curso de Psicanálise como um resultado de seu projeto formativo, passou a incluí-lo como uma de suas partes. Com seus 20 anos de existência, tem se constituído como o espaço de pertinência, produção e

reconhecimento, para muitos analistas que iniciaram sua formação no Curso de Psicanálise e outros que se aproximaram ou se aproximam através da participação junto a alguns dos diversos grupos de trabalho que nele se desenvolvem. Tem dado mostras de importante criatividade na organização e gestão dos diversos espaços e funções que se requerem para o cumprimento de seus objetivos. Um dispositivo original de admissão de novos membros foi resultado de um movimento conjunto que envolveu muitos esforços e uma grande implicação não ausente de tensão, própria de todo coletivo que precisa dar forma explícita a processos de reconhecimento recíproco e que traz consigo as marcas de uma longa história.

O departamento está constituído por um conjunto de grupos diferenciados que assumiram cada um o desenvolvimento de um projeto em uma área específica da produção de psicanálise. A maior parte deles tem já um significativo caminho percorri-

do, um produto para mostrar e uma história para contar. Isso faz do departamento um espaço privilegiado de interlocução. Acho que um dos indicadores do crescimento desses grupos tem sido sua capacidade para promover espaços de interlocução, estudo e debate a partir de sua produção. Um exemplo são os debates públicos da *Percorso* com público e autores, as apresentações e debates promovidos pelo grupo sobre Inquietações da Clínica, os ciclos de debates e colóquios de monografias no Curso de Psicanálise, já mencionados, as jornadas reunindo o Curso de Psicanálise, de Conflito e Sintoma e de Psicopatologia e Clínica Contemporânea, as jornadas e publicações do grupo de pesquisa sobre o Feminino no Imaginário Cultural Contemporâneo, o encontro de Goiânia do GTEP, o grupo sobre Psicanálise e Contemporaneidade promovido inicialmente pelo grupo de professores do Curso de Psicopatologia e Clínica Contemporânea, o grupo sobre Patologias Alimentares e sua inscrição contemporânea. Concomitantemente, o Conselho de Direção do departamento tem assumido uma forma de organização e funcionamento que prioriza as funções de articulação. Facilita-se assim, a partir da instância central, a criação desses dispositivos e espaços coletivos que produzem psicanálise, formação permanente, modos específicos de ação sobre a realidade social, reconhecimento recíproco e a construção de sentido histórico a que me referi no começo.

Um dos desafios que enfrenta a psicanálise no momento atual consiste no predomínio de modos de produção de subjetividade em que tal criação de sentido histórico é difícil de sustentar. A implantação de políticas neoliberais tem um efeito de desagregação social. A ruptura dos laços de sociabilidade, o esvaziamento dos projetos coletivos, a promoção de um modelo hiperindividualista conduz à precarização ou ausência franca de vínculos.

A implantação de políticas neoliberais tem um efeito de desagregação social.

Soma-se a isso a passividade induzida pela compulsão ao consumo e a fascinação operada pela mídia e pelo marketing.

Nessas condições a intersubjetividade e a temporalidade, imprescindíveis para a produção do sentido histórico, tendem a eclipsar-se afetando as possibilidades de simbolização. O surgimento de modos peculiares de sofrimento, antigos ou novos, é uma de suas consequências. O discurso psiquiátrico atual, revitalizado pelos avanços científicos e tecnológicos da genética e das neurociências, firmando-se sobre um neo-objetivismo biológico, recusa a significação subjetiva dos sintomas. O isolamento no contato com o sujeito que sofre e a abordagem coisificante do paciente, o papel cristalizante do diagnóstico, que encontrávamos em 1984 nos serviços, faz parte hoje de um processo de medicalização crescente que impregna a vida social. Os psicofármacos passaram a ser um objeto de consumo paradigmático que sustenta a utopia tecnológica de

erradicar o sofrimento para sempre. A psicanálise, tanto por suas concepções como por seu *modus operandi*, se encontra em posição de resistência e questionamento científico, ideológico e político desta gestão desubjetivante dos problemas psíquicos. O Sedes em seu conjunto tem um papel político a cumprir denunciando o impacto social das políticas causais ou agravantes do mal-estar contemporâneo. ■

NOTAS

1. "Psicanálise e crise econômica" (*Sobre as medidas econômicas do governo Collor*). Mesa-redonda organizada pelo Departamento de Psicanálise do ISS, co-participação com José Aníbal Pontes e Sérvulo Augusto Figueira. 1991.
2. Na década seguinte, a partir de alguns acontecimentos como o escândalo Amílcar Lobo, revelou-se o grau extremo de distorção do poder e a mentalidade totalitária que prevaleceram na instituição psicanalítica do Rio de Janeiro em que esse médico, ligado ao aparelho militar repressivo e envolvido na prática da tortura, fazia sua formação analítica – instituição que o tolerou e acobertou. Também soubemos das medidas de busca de tipo policial e as ameaças a que foi submetida, por parte das autoridades da instituição, a analista da mesma sociedade que anonimamente havia enviado a denúncia para o exterior. O livro-testemunho de Helena Bessermann Viana (*Não conte a ninguém...*, Imago, 1994), protagonista desse episódio, assim como o de Cecília Coimbra (*Guardiães da ordem*, Oficina do Autor, 1995), referido a esse período, foram uma contribuição de grande importância no esclarecimento sobre a história das instituições psicanalíticas durante essa época.
3. "Psicanálise: 20 anos de Sedes Sapientiae", in *Histórias e Memórias*. Publicação do Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo, 1998, p. 44
4. Ana Maria Sigal, Fábio Hermann, Lucía Barbero Fuks, Marilene Carone, Marilsa Taffarel, Mario Fuks e Regina Schnaiderman. Ver em "Psicanálise: 20 anos...", p. 45.
5. "Psicanálise: 20 anos de Sedes Sapientiae". in *Histórias e Memórias*. Publicação do Instituto Sedes Sapientiae. 1998. p. 45
6. R. Schnaiderman, "Política de formação em psicanálise", *Percorso*, v.1 nº1, 1988.
7. "Psicanálise: 20 anos ...", p. 45
8. Documento de arquivo. Curso de Psicanálise. Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 1983.
9. A cargo de Marcos Pacheco de Toledo Ferraz.
10. Sua diretora era Ana Pitta Hoissel.
11. "Plano de aplicação de trabalhos e recursos do convênio entre a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do estado de São Paulo e o Instituto Sedes Sapientiae – Curso de Psicanálise", Instituto Sedes Sapientiae, 1985.
12. Este aspecto foi especialmente trabalhado, anos depois, no curso sobre "Psicoses: concepções teóricas e estratégias institucionais", que foi o primeiro curso regular, além do Curso de Psicanálise, instituído pelo Departamento e realizado por membros do Setor de Saúde Mental e Instituições.
13. M. P. Fuks, "O convênio CSM-Sedes", in *Psicanálise e instituição*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 1986.
14. Ana Maria Sigal e Lucía Barbero Fuks.